DOI: 10.5418/RA2011.0701.0013

ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO PARAIBANO

Space, Capital and Labor in the Interior of Paraíba

Profª. Drª. Emilia Moreira
Universidade Federal da Paraíba
Campus I - Cidade Universitária , Castelo Branco, CEP: 58059-900 - Joao Pessoa, PB - Brasil
Tel/Fax: (+55 83) 32167750 / 32167750 - erodat@hotmail.com

Prof. Dr. Ivan Targino
Universidade Federal da Paraíba
posgeo@geociencias.ufpb.br

Resumo

O trabalho analisa as mudanças no espaço agrário decorrentes das novas formas assumidas pela dominação do capital no campo no século XXI e as resistências da classe trabalhadora a esse processo tomando como exemplo a realidade paraibana. Parte-se da compreensão de que o espaço e o espaço agrário como um dos seus segmentos constituem um produto do trabalho e como tal, reproduzem a lógica do modo de produção que lhe origina.

Palavras-chave: espaço agrário, Paraíba, dominação do capital.

Abstract

The present paper aims to analyze the shifts in agrarian space resulting from the new domination of Capital in the 21st Century rural environment, and the resistance of the working class to this process, based on the current reality found in the Brazilian state of Paraíba. The analysis is based on the understanding that space, and agrarian space as one of its main components, constitutes a product of labor and as such, reproduces the logic of the production process from which it originated.

Key words: agrarian space, Paraíba, domination of Capital.

Resumen

El presente paper objetiva analizar los cambios en el espacio agrario decurrentes de las nuevas formas asumidas por la dominación del capital en el campo en el siglo XXI y las resistencias de la clase trabajadora en ese proceso, tomando como ejemplo la realidad paraibana. Se parte de la comprensión de que el espacio, y el espacio agrario como uno de sus segmentos, constituyen un producto del trabajo y como tal reproducen la lógica del modo de producción que les origina.

Palabras-Clave: espacio agrario, Paraíba, dominación del capital.

ISSN 1679-768 X © 2003, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Todos os direitos reservados..

www.anpege.org.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças no espaço agrário decorrentes das novas formas assumidas pela dominação do capital no campo no século XXI e a(s) resistência(s) da classe trabalhadora a esse processo, tomando como exemplo a realidade paraibana. Parte-se da compreensão de que o espaço, e o espaço agrário como um dos seus segmentos, constituem um produto do trabalho e como tal reproduzem a lógica do modo de produção que lhes origina (SANTOS, 1980; MOREIRA, 1981). Pressupõe-se, portanto, que nas sociedades estruturadas com base no modo de produção capitalista, o espaço agrário irá refletir a dinâmica deste modo de produção. Isto quer dizer que se o processo de produção capitalista acha-se subordinado às necessidades de obtenção de lucro, o modo como se organiza e se transforma o espaço dependerá, em última instância, da lei do lucro. Vale sublinhar que, com isto, não se está desconsiderando o papel desempenhado pelo meio físico na organização espacial . Porém ele é considerado "a matéria-prima a partir da qual o espaço é produzido". A importância que ele assume é inversamente proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas. Quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas, menor será a dependência dos condicionantes naturais (SANTOS, 1997).

Desse modo, conforme os recursos técnicos disponíveis, as sociedades transformam a natureza original dos seus territórios, submetendo-a às suas necessidades. Nesse processo, desempenha papel fundamental a luta dos trabalhadores por terra e pela vida na terra que tem resultado no crescimento do campesinato e na sua recriação. Este processo é entendido por Martins como "uma traição às leis do capital" (MARTINS, 1980). Esse aspecto é ressaltado por Oliveira (2001) quando afirma que, no caso brasileiro, "o desenvolvimento do capitalismo - e a sua conseqüente expansão no campo - se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural"; e que esse desenvolvimento é contraditório e desigual na medida em que:

> atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa (OLIVEIRA, 2001)

Outro aspecto relevante na análise aqui exposta é que, nas sociedades estruturadas sob o modo de produção capitalista, o espaço acha-se subordinado às necessidades de acumulação de capital, e que esta se realiza de forma desigual . O espaço, enquanto produto das necessidades de acumulação, sofre as diferenciações decorrentes desse processo. Pode-se mesmo afirmar que a cada forma assumida pelo processo de acumulação, corresponde uma forma regionalmente diferenciada de organização espacial.

Não se pode esquecer, também, o caráter de classe e as diferentes formas de poder que fundamentam as sociedades capitalistas. Considerando-se que cada sociedade se reproduz no espaço por ela criado e que cada espaço reproduz o tipo de sociedade que lhe dá origem, tem-se que, numa sociedade de classes, como a que caracteriza o modo de produção capitalista, o espaço por ela gerado se organiza segundo a estrutura de classes. Para Ruy Moreira (1982: p.123), "são as relações de classes de dada fração do território que orientam a dialética do espaço do lugar". Segundo aquele autor, "é este exatamente o nexo que funde o espaço e sociedade tornando-os uma mesma totalidade social" (MOREIRA, Ruy: 1980: p.123).

O poder nessas sociedades é estabelecido pela aliança histórica entre a classe dominante e o Estado. Legitimado pelas leis que, em última instância, regem a organização espacial, o poder instituído garante a existência de uma sociedade de classes e perpetua a dominação de uma minoria sobre a maioria da população. Esses aspectos também acham-se perfeitamente explicitados na posição assumida pelas diferentes instâncias do Estado no confronto direto entre capital e trabalho no campo, expresso através da luta camponesa por terra e água.

Na Paraíba, o processo de dominação real do capital no campo se consolidou no bojo da modernização da agricultura brasileira levada a efeito pelos governos militares a partir dos anos de 1970, através de duas atividades principais: a cana e a pecuária. Os espaços canavieiros da Paraíba foram historicamente a Zona da Mata e o Brejo Paraibano. A atividade pecuária sempre fez parte das combinações agrícolas do Agreste e do Sertão sendo mais expressiva nesta última região. Dos anos 70 do século XX à primeira década do século XXI, mudanças profundas tiveram lugar nesses espaços, decorrentes tanto das diferentes formas assumidas pelo processo de acumulação do capital no campo como da resistência camponesa a esse processo. Esta resistência se expressa através: a) da luta por terra e água; b) da luta por melhores condições de trabalho e; c) da luta por novas formas alternativas de organização da produção e do trabalho. Em todas essas frentes têm se destacado o papel de movimentos sociais a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e de ONGs ligadas à Articulação do Semi-Árido tais como a Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA Paraíba), o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades (PATAC) e o Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS).

Considerando que o processo de dominação do capital no campo ocorre de forma regionalmente diversificada tomamos como base a análise da realidade em nível regional distinguindo três áreas: a) a Zona da Mata; b) o Agreste e; c) e o Sertão (aqui compreendido como a porção do semi-árido que abrange as mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano). Além da pesquisa bibliográfica, nos apoiamos em diversos estudos por nós realizados desde os anos de 1980 até os dias atuais com o apoio do CNPq e do MDA.

ESPAÇO, TRABALHO E CAPITAL NA ZONA DA MATA DA PARAIBA

O processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata Paraibana foi comandado pela implantação da plantation açucareira, caracterizada pela monocultura, pela escravidão e pelo latifúndio. O controle sobre a terra, sobre o trabalho e sobre a produção concentrou o poder nas mãos do senhor de engenho, conferindo a essa categoria social a mais longa experiência de controle político-econômico já experimentada na história do Brasil.

Se o predomínio da cana foi uma constante ao longo da história sócio-econômica da Zona da Mata paraibana, a forma como se organizou esse espaço sofreu modificações significativas, dependendo ora de condicionantes externos (preço e concorrência internacionais), ora de determinantes internos (mudanças nas relações técnicas e sociais de produção). De modo geral, é possível identificar cinco grandes momentos do processo de produção e organização desse espaço: o do domínio dos Engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); o da efêmera experiência dos Engenhos Centrais (final do século XIX e início do século XX, e localizada apenas na Zona da Mata), o de dominação da Usina de Açúcar (início do século XX à década de setenta daquele século); o de expansão e crise do Proalcool (de 1975 a 1999) e; o de recuperação da atividade sucroalcooleira, no bojo do aumento do preço do açúcar no mercado internacional e do programa nacional de produção de bioenergia (de 2000 aos dias atuais).

Ao longo de todo esse tempo ocorreram mudanças nas relações sociais de produção, na intensidade da dominação da cana sobre o uso dos recursos e na base técnica da produção. Apesar das modificações ocorridas, pelo menos dois elementos permaneceram praticamente inalterados desde o início da colonização: a exploração da população trabalhadora rural e a concentração da propriedade fundiária. Não é de estranhar a resistência dessas duas características da organização social e econômica da "plantation" canavieira, uma vez que é a concentração fundiária o grilhão que tem acorrentado a população trabalhadora às formas mais variadas de exclusão social, sintetizadas na grave miséria em que tem vivido ao longo desses cinco séculos de latifúndio.

Tal situação de exclusão e de pobreza suscitou em diferentes momentos formas de reação da população trabalhadora, consubstanciadas nas chamadas lutas sociais. De fato, a luta pela quebra

do controle monopolista da terra na Zona da Mata da Paraiba não é um fato novo. Ela está presente nas diferentes fases de constituição e consolidação do sistema "plantation", assumindo formas e contornos diferenciados em cada um desses momentos: a luta entre índios e colonizadores pelo controle do território; a formação e constituição dos quilombos; a organização dos movimentos de massa, cuja maior expressão foi sem dúvida as Ligas Camponesas e mais recentemente as mobilizações assistidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.(MST). A luta pela terra, portanto, perpassa toda a história econômica e social dessa região, podendo ser entendida como a expressão mais evidente e mais permanente da luta de classes nesse espaço regional.

A dominação do capital sobre a agricultura brasileira no século XX se deu através do que Silva denominou de "industrialização ou modernização agrícola". Ela será intensificada na década de 1960, impulsionada pelas políticas de desenvolvimento econômico implantadas pelo regime militar (SILVA, 1981).

Três fatores principais concorreram para as mudanças que tiveram lugar no agro nacional, a partir de então: o fortalecimento do Complexo Agro-industrial (CAI), a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural e a aceleração do processo de urbanização. Com isso, a agricultura subordina-se cada vez mais ao capital industrial e financeiro. Ela passa a depender de créditos bancários, articula-se como compradora e fornecedora da indústria, e ainda encontra um mercado consumidor para seus produtos na cidade, em decorrência da ampliação da urbanização. Daí decorrem profundas mudanças na organização do espaço agrário. Destacam-se entre outras: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra; b) as mudanças no uso do solo, a partir da expansão de culturas de exportação, como trigo, soja, cana-de-açúcar, e da pecuária; c) a introdução e/ou ampliação do uso de novos processos produtivos decorrentes da adoção de novas tecnologias. Essas mudanças tiveram forte impacto sobre as relações de trabalho, sobre a dinâmica da população e sobre o emprego rural.

Os rebatimentos da subordinação da agricultura ao capital, sobre a população, as relações de trabalho e o emprego rural se exprimem através da expropriação/expulsão maciça do produtor direto e da substituição de formas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas pelo trabalho assalariado puro. É preciso, porém, chamar atenção, para o fato de que, como já foi mencionado, no capitalismo monopolista "a afirmação do capital na agricultura não pressupõe, nem necessita, a priori, da destruição total das formas não especificamente capitalistas" (SILVA, 1982: 21). Para afirmar-se, o capital também permite e estimula a recriação de formas de trabalho não tipicamente capitalistas.

Isto explica porque a subordinação real da agricultura ao capital a partir dos anos 60 do século XX, embora tenha determinado o avanço do assalariamento no campo, não destruiu completamente formas de trabalho tradicionais como o sistema morador, a parceria, o arrendamento e a posse da terra.

Não resta dúvida, porém, que a modernização das atividades agrícolas teve conseqüências profundas na estrutura da ocupação da mão-de-obra rural. A utilização de insumos modernos (fertilizantes, defensivos e maquinários),

> aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (SILVA, 1982: 30).

Assim, a modernização da agricultura brasileira, promoveu mudanças substanciais tanto no volume, quanto na estrutura do emprego rural. Ela foi responsável pelo crescimento acelerado do emprego assalariado, em particular, o sazonal, o que implicou na transformação de parcela significativa dos trabalhadores rurais permanentes em operários rurais, na sua grande parte clandestinos, e na retração de formas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Esse processo, embora

tenha apresentado uma força e intensidade mais ou menos similar em todas as regiões do país, diferenciou-se segundo as atividades desenvolvidas no campo. Ele foi maior naquelas atividades onde a modernização incidiu de maneira mais forte. É o caso, por exemplo, da atividade canavieira.

Submetida a um processo longo de crise, com seu parque industrial ocioso frente à escassez de mercado para o açúcar produzido, o setor canavieiro do Brasil foi impulsionado pela política de modernização agrícola implantada pelo governo militar e pela situação crítica estabelecida no setor energético nacional com a crise do petróleo, devida à criação da OPEP e a supervalorização conseqüente do produto no mercado internacional no início dos anos de 1970. É nesse contexto que surge o Proalcool , impulsionador da modernização agrícola do setor canavieiro, e do acirramento da exploração do trabalho.

Na Zona da Mata da Paraíba, entre 1970 e 1985 ocorreu o mais elevado grau de mecanização da agricultura estadual. O número de unidades de produção industrial do setor canavieiro da região passou de 5 para 16, a área de cana colhida e a quantidade produzida expandiu-se vertiginosamente. Paralelamente, os produtores familiares e os membros não remunerados de família decresceram 9,9% e os parceiros 16,9%. Enquanto isso, os empregados assalariados experimentaram uma elevação da ordem de 64%, sendo esta diferenciada: 30% de aumento dos assalariados permanentes e 89% de aumento dos assalariados temporários. Entre 1975 e 1985, período de apogeu do Proalcool, os assalariados cresceram na região 67,4%, destacando-se os assalariados temporários, com um crescimento da ordem de 93,6% (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Verifica-se nessa fase de apogeu do Proalcool que três processos ocorrem paralelos na região: a expulsão e a proletarização de parcela do campesinato; a resistência de parte do campesinato ao processo de expulsão que culminou na explosão de conflitos de terra e; a organização do movimento sindical em torno da luta por melhores condições de trabalho e salário dos assalariados.

A exploração do trabalho na atividade canavieira nessa fase, conforme constatado em pesquisas realizadas nos anos de 1980 (GESTAR, 1985) e início dos anos de 1990 (MOREIRA e al. 1994), assumiu requintes de crueldade comparáveis à época da escravidão. Destacavam-se, entre outros: a) o emprego de mão-de-obra infantil em condições insalubres e perigosas; b) a utilização dos sistemas de alojamento altamente precários para manter o controle da mão-de-obra trazida de outras regiões e impedir a ação do movimento sindical; c) a clandestinidade da mão-de-obra que era contratada por "gatos", sem nenhum direito trabalhista; d) salários baseados na produção/tarefa que era medida por um feitor de campo utilizando instrumentos não oficiais sendo comuns roubos nessa medição; e) a falta de equipamentos de proteção (luvas, máscaras, botas, macacões), bem como o não fornecimento de leite para atenuar os efeitos danosos dos produtos tóxicos; f) a precariedade do transporte para o local de trabalho, sendo utilizados tratores ou caminhões apropriados para o transporte de cana (os "gaiolões"); g) o não fornecimento de água potável nos canaviais, donde a reutilização generalizada pelos assalariados da cana, de recipientes vazios de agrotóxicos como depósito para a água que levavam ao campo; h) o aumento do desgaste da força-de-trabalho provocado pelo tipo de trabalho penoso a que eram submetidos os canavieiros resultando numa série de agravos à saúde física e mental dos trabalhadores (GESTAR, 1984-1985; MOREIRA et al, 1994; MOREIRA e TARGINO, 1997); i) o descumprimento da lei de sítio, não sendo concedida uma área de dois hectares para plantio de subsistência no interior da propriedade, pois toda a terra devia ser utilizada para o cultivo da cana; j) a presença de cabos e administradores munidos de revólver e espingarda, intimidando os trabalhadores e os delegados sindicais (ADISSI & SPAGNUL,1989; MOREIRA e TARGINO, 1997; MOREIRA et al. 1994; MOREIRA et al. , 2001).

A intensificação da exploração manifesta-se em indicadores alarmantes do nível de miséria dos assalariados da cana: taxa de analfabetismo de mais de 80%, expectativa de vida de menos de 50 anos, renda familiar média atingia apenas 40% do salário mínimo (apesar do piso salarial dos canavieiros ser de um salário mínimo nacional mais 10%), forte deficiência no acesso à rede de energia elétrica, de abastecimento de água e instalações sanitárias precárias (GESTAR, 1985)

Neste quadro de pobreza e exploração, a luta dos assalariados se centra em torno das reivindicações por melhores condições de trabalho e salário. Destaca-se nesse período a ação combativa do movimento sindical da região marcada pela "Campanha Trabalhista de 1982 e 1983, pela primeira greve dos canavieiros da Paraíba de 1984, marco histórico do processo de organização da categoria. A fase do apogeu do Proalcool foi também a fase do acirramento das contradições entre capital e trabalho, com forte rebatimentos na organização do espaço agrário regional.

A partir de 1986 observa-se o declínio da atividade e uma estagnação do processo modernizador decorrente de três fatores fundamentais: a) a crise externa que levou o país a adotar o receituário do FMI, aí incluído o corte nos subsídios e o saneamento fiscal; b) a redução do preço internacional do petróleo, que corroeu as vantagens até então apresentadas pela utilização do álcool; c) o desvio dos recursos para consumo da aristocracia açucareira ou para investimento em outras áreas e atividades, a exemplo da pecuária na fronteira agrícola (MOREIRA e TARGINO, 1997: 125/127). Até o ano de 1999, a economia sucro-alcooleira paraibana permanecia numa situação considerada por muitos, como crítica.

Os impactos da crise do Proalcool na Paraíba se fizeram sentir através: a) da redução da área cultivada com a cana; b) do fechamento de quase todas as Usinas de açúcar tradicionais e destilarias anexas; c) da situação econômica difícil de algumas destilarias autônomas; d) da redução do período de colheita da cana de 5/6 meses para 3/4 meses; e) da redução da oferta de emprego permanente e temporário, isto é, da "crise do emprego".

Com a "crise" do Proalcool, os fornecedores de cana e usineiros diminuíram a área plantada com cana, alguns a substituíram por capim ou deixaram as terras abandonadas resultando no desemprego de parcela significativa dos canavieiros. Além disso, o processo recessivo desencadeado pelo Plano Collor e a seca que assolou o Estado em 1993, agravaram a miséria e a fome, com conseqüências dramáticas para os assalariados. Como resultado deste processo assiste-se: a) o fortalecimento da luta por terra na região que culminou com a criação de 53 Projetos de Assentamento na Zona da Mata entre 1986 e 1999 onde foram assentadas 4.171 famílias; b) a mudanças na estratégia da luta sindical que vai centrar a atenção na luta pela garantia do emprego, pela erradicação do trabalho infantil e pela melhoria das condições de trabalho. Com isto não se quer dizer que a luta dos trabalhadores chegou ao fim e que a questão agrária na região foi resolvida. Ao contrário, até o início de século XXI as ocupações de terra, nova modalidade de luta gestada pelo MST, e que na Paraíba foi encampada pela CPT, se multiplicaram na região, numa clara demonstração de que a questão da pobreza e do acesso a terra continuavam sem solução.

Na primeira década do século XXI, mudanças na conjuntura do mercado de petróleo e na política energética brasileira através do estímulo à agroenergia com destaque para a produção do etanol, bem como o aumento do preço do açúcar no mercado internacional, têm sido responsáveis por novas mudanças na organização da atividade canavieira com repercussões significativas sobre o espaço agrário da Zona da Mata paraibana Dentre as mudanças decorrentes desse novo cenário distingue-se:

a) a retomada da produção de cana de açúcar nessa região com um aumento da área plantada e da quantidade produzida. Entre 2000 e 2009 constata-se um aumento da ordem de 32,0% da área plantada e de 56,9% da quantidade produzida de cana-de-açúcar na região. Tal expansão tem sido alimentada, também, pela penetração dessa cultura em áreas de assentamento. De fato, das 64 Áreas de Assentamentos existentes na região em 2009, em 34 (53,1%) plantava-se cana. Das 5.145 famílias assentadas em 2009, 576 (11,2%) plantavam cana em seus lotes (MOREIRA et al, 2010);

b) a incorporação do discurso de proteção ambiental pelos usineiros. As usinas estão criando áreas de reflorestamento e utilizando o vinhoto como fertilizante para diminuir os impactos

ambientais do processo produtivo. Contudo, a utilização de fertilizantes químicos e de agrotóxicos permanece inalterada;

c) a melhoria das condições de trabalho, materializada: na distribuição de equipamentos de proteção aos trabalhadores; na extinção dos precários alojamentos no interior das propriedades; na substituição dos gaiolões por ônibus para o transporte dos trabalhadores; na erradicação do trabalho infantil nas usinas;

d) alteração no sistema de contratação de trabalhadores com a erradicação do antigo sistema de agenciadores, responsáveis pelo recrutamento e pagamento dos trabalhadores que favoreciam a clandestinidade e a redução dos salários apropriando-se de parte dos mesmos, e sua substituição pelo sistema do "arregimentador" que recruta os trabalhadores que são contratados com carteira assinada pelas usinas por todo o período da safra, recebendo o "arregimentador" uma comissão sobre o salário de cada um dos arregimentados;

e) intensificação da exploração do trabalho: não obstante as melhorias enumeradas no item anterior, observa-se uma intensificação da jornada de trabalho expressa: no aumento da quantidade exigida de cana cortada que, embora oficialmente seja de 2,5 toneladas de cana diárias, as usinas da região colocam como meta a ser alcançada o corte de 6 a 8 toneladas por dia de trabalho; tal intensificação levou, inclusive, à erradicação do trabalho das mulheres; na substituição do regime de trabalho tradicional de 42 horas entre segunda e sábado pela manhã pelo regime de 5 dias trabalhados por 1 de folga, não havendo, portanto, mais um dia e meio de folga no final de semana;

f) incorporação dos assentados como mão de obra assalariada da cana. Se no período áureo do Proalcool os usineiros e fornecedores de cana davam preferência a trabalhadores de fora da região para blindar a ação do movimento sindical, atualmente dá-se exatamente o contrário. A mão de obra é arregimentada, sobretudo, nos assentamentos situados no entorno das usinas. Trata-se de uma força de trabalho que já tem terra e que busca trabalho na cana justamente após a colheita da produção de alimentos que coincide com a safra da cana. Assim há uma combinação entre a busca de complementação da renda pelo campesinato reformado e a garantia de uma mão de obra dócil, por parte da classe patronal;

g) alinhamento do discurso do movimento sindical com o da classe patronal. Em pesquisa de campo realizada em 2009, assistiu-se a uma assembléia de canavieiros num Sindicato de Trabalhadores Rurais da região, sendo constatado que os discursos dos representantes dos usineiros (presentes na reunião) e do presidente do Sindicato convergiam para estimular a produção como garantia de melhores ganhos salariais por parte dos trabalhadores e de maiores lucros por parte dos patrões. A postura do sindicato era a de demonstrar que estes dois caminhos se encontravam, pois havia convergência de interesses das partes;

h) utilização do bagaço para produção de energia e para ração animal: tais práticas têm implicado em utilização integral da cana, não havendo mais dejetos da produção canavieira.

As modificações acima identificadas, reforçam a perspectiva de que o processo de gestação do espaço agrário canavieiro continua sendo o resultado do conflito de interesses entre capital e trabalho. As melhorias detectadas nas condições de trabalho, resultado da luta dos trabalhadores e da fiscalização do Estado, são solapadas pela busca frenética da lucratividade, não importando o desgaste da força de trabalho e a degradação ambiental pelo uso crescente de produtos químicos.

www.anpege.org.br

ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO AGRESTE PARAIBANO

O Agreste Paraibano corresponde à região situada entre o Litoral úmido e o Sertão semi-árido. Trata-se de uma área fortemente diversificada, tanto no que se refere aos aspectos naturais quanto ao uso da terra, às relações de trabalho e ao potencial econômico.

O processo inicial de ocupação e de povoamento do Agreste esteve, da mesma forma que no caso sertanejo, relacionado ao desenvolvimento da atividade açucareira. Esta promoveu, com o seu crescimento, a separação da produção agrícola e pecuária, determinando uma divisão espacial do trabalho: a Zona da Mata especializou-se na produção do açúcar enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidos no Sertão e no Agreste. A expansão do povoamento, porém, está relacionada, entre outros fatores, à retração da economia açucareira a partir da segunda metade do século XVII.

> Com efeito, nos períodos de retração da economia açucareira houve movimentos migratórios do Litoral em direção ao Agreste, como decorrência da liberação de mão-de-obra pelos engenhos. Esta mão-de-obra (...) deslocou-se para a região agrestina onde passou a dedicar-se ao cultivo de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca) em pequenas propriedades: os sítios (MOREIRA, 1990:13).

A corrente de povoamento, no entanto, ficou restrita, inicialmente, ao Agreste Baixo, seguindo o vale do Rio Paraíba. A ocupação do Agreste Alto foi retardada pela conjugação de fatores tais como: vegetação de floresta, relevo elevado, presença de indígenas e falta de disponibilidade de capital. Mesmo assim, em virtude das condições edafo-climáticas favoráveis, "tem-se notícia da existência de engenhos no Brejo já na segunda metade do século XVIII" (ALMEIDA, 1994:20). Contribuiu também para a ocupação do Agreste o surgimento de currais e de pontos de pouso para gado e vaqueiros oriundos da região sertaneja quando dos longos percursos em direção ao Litoral. Algumas cidades agrestinas daí se originaram e tiveram sua dinâmica relacionada às feiras de gado que ali se desenvolveram.

Mudanças significativas na dinâmica agrária e urbana regional foram introduzidas a partir do século XIX, com o avanço da atividade cotonicultora. Os principais efeitos do "boom" algodoeiro na organização sócio-econômica do Agreste foram a monetarização da economia, modificações no crescimento urbano regional e o povoamento efetivo da região. Além do algodão, outras culturas comerciais contribuíram para a afirmação do Agreste como região policultora por excelência. São exemplos: o café, o sisal, a cana, o fumo, entre outras. Enquanto a exploração do café e da cana restringiu-se ao Brejo , a dos demais produtos expandiu-se por toda a região. Entre estas, merece destaque a do sisal, pela sua rápida disseminação em todo o Agreste e pela sua significação na formação da renda regional na primeira metade do século XX.

Presente no Agreste desde os primórdios da organização do espaço agrário regional, a pequena produção de alimentos se constituiu sempre uma atividade complementar. Sua expansão ou retração encontrava-se na dependência do processo de expansão ou retração das culturas de mercado. Produzida principalmente por moradores, parceiros e pequenos proprietários, desenvolveu-se no interior das médias e grandes propriedades e nos seus limites. Conviveu com a cultura do algodão em todos os padrões de propriedade; retraiu-se aos limites das pequenas e médias unidades de produção durante o período áureo do agave. Sempre ocupou os poros da atividade monocultora.

No Brejo Paraibano, área de exceção importante pela sua dimensão territorial no contexto estadual, o processo inicial de ocupação do espaço esteve relacionado à agricultura alimentar complementada pela pecuária. Ao lado da agricultura de alimentos desenvolveu-se desde cedo o cultivo da cana-de-açúcar destinada, em princípio, à produção do açúcar mascavo para o autoconsumo. Em seguida, uma sucessão de culturas (fumo, café, sisal e inclusive a própria cana), marcaram a organização do espaço regional dando origem ao que alguns historiadores e cronistas denominam de ciclos econômicos do Brejo (ALMEIDA, 1980; MARIZ, 1978). Apesar da sucessão de culturas

verificada na região, foi a lavoura da cana a que sempre esteve presente nas combinações agrícolas regionais ora recuando para dar espaço a lavouras com maior valorização no mercado ora dominando o espaço regional. Duas usinas de açúcar foram instaladas nessa região, uma em 1928 (a Usina Tanques) e outra em 1930 (a Usina Santa Maria).

No final dos anos 60 do século XX a policultura alimentar e comercial complementada, nos mais diversos graus, pela atividade pecuária, imprimia uma organização bastante diversificada ao espaço agrário agrestino. No Brejo, a cana-de-açúcar partilhava a paisagem com a policultura comercial e a produção de alimentos. O trabalho nas diversas atividades era realizado por pequenos produtores sitiantes e parceiros além dos moradores e trabalhadores assalariados.

No Agreste, a modernização da agricultura que teve lugar a partir da segunda metade dos anos de 1970 assumiu várias feições: assistiu-se a um processo de pecuarização e, em decorrência dos estímulos ao Proalcool, verificou-se, a exemplo da Zona da Mata, a expansão da área e da quantidade produzida com cana-de-açúcar. Esse processo teve repercussões profundas nas relações de trabalho e no emprego no campo sendo responsável por importante processo de expulsão-expropriação de camponeses moradores e parceiros e por sua proletarização (MOREIRA e TARGINO, 1997). A reação da classe trabalhadora se deu em duas frentes de luta: a luta por terra e a luta por condições de trabalho e salário. O movimento sindical, particularmente no Brejo Paraibano, assumiu uma posição de vanguarda na luta pelos direitos trabalhistas. Destaca-se a ação do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Grande tendo à frente a líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, a mando do grupo oligárquico mais forte da região, o Veloso Borges.

À crise do Proalcool, somou-se um recuo da atividade pecuária decorrente tanto da intensificação de períodos de secas como da restrição ao crédito. No Brejo Paraibano, a partir de 1987, a luta dos trabalhadores sejam moradores, arrendatários ou assalariados, volta-se para o pagamento das dívidas trabalhistas deixadas principalmente pela Usina Santa Maria. Nessa luta os trabalhadores da Usina aglutinaram-se em seus sindicatos e articularam-se com movimentos da Igreja (sobretudo da paróquia de Pilões) e com entidades da sociedade civil (como o Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira –SEDUP), no sentido de encontrar soluções para a situação de insegurança e de desemprego em que se viram lançados com a crise da atividade canavieira. Em 1993, novos personagens entraram em cena com o intuito de reforçar a luta dos trabalhadores, a exemplo das irmãs Franciscanas do Colégio Santa Rita de Areia, do INCRA e de integrantes do Campus III da UFPB, culminando com a criação do Comitê de Apoio aos Trabalhadores da Usina Santa Maria. Aos poucos, o discurso pelo pagamento das dívidas foi sendo substituído por estratégias de resistência e permanência na terra, bem como pela pressão junto às autoridades locais no sentido de funcionarem como interlocutores institucionais pela desapropriação das terras da Usina para fins de reforma agrária. A partir de 1997, parte das terras da Usina foi desapropriada dando origem a várias áreas de Assentamento. No conjunto do Brejo foram criados entre 1986 e 1999 31 Projetos de Assentamento onde foram assentadas 1.354 famílias.

No restante do Agreste a luta pela terra foi a forma de resistência encontrada pelos camponeses à expansão da atividade pecuária. Assistido em grande parte pela CPT, por paróquias locais e pela Diocese de Guarabira, o campesinato conquista parcela importante do território agrestino. De fato, entre 1986 e 1999, foram criados no Agreste (excetuando-se aqui o Brejo), 35 Projetos de Assentamento onde foram assentadas 1.715 famílias.

A resistência camponesa no Agreste vai receber um reforço ainda na década de 1990 com a instalação da Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA Paraíba) e a criação do Pólo Sindical da Borborema. A AS-PTA surge no âmbito de um rico debate realizado na região com a CUT Brejo, com o departamento rural da CUT, com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras (que vinham atuando a partir da relação com a Diocese de Guarabira), com os sindicatos do Brejo, de Solânea e de Remígio e centra sua atenção no fortalecimento do sindicalismo

rural no que se refere à sua atuação junto à agricultura camponesa de base familiar. Ela instalou-se no município de Solânea e começou atuando através do "Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano" que foi criado em 1993, nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca ao lado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais locais. Surge daí o "Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema", ou simplesmente, "Pólo da Borborema" em 1993, quando aqueles três sindicatos e representantes das famílias agricultoras, organizaram o movimento político dos camponeses para consolidarem o território da agricultura familiar na região.

Dessa forma, no limiar do século XXI o espaço agrário agrestino encontrava-se numa fase de crise de acumulação das suas principais atividades (cana e pecuária) e vivenciava um movimento importante de luta camponesa por terra e pela vida na terra.

Se na Zona da Mata o ínicio do século XXI foi marcado pela retomada do agronegócio sucroalcooleiro e a territorialização da cana em áreas de reforma agrária, no Agreste podem ser destacadas as seguintes tendências: a) a retomada da atividade pecuária bovina representada pelo crescimento do rebanho da ordem de 26,9% entre 2002 e 2009 (passou de 332.165 cabeças para 421.551 cabeças); b) a expansão da lavoura do abacaxi cuja área plantada passou de 561 hectares em 2000 para 2.206 hectares em 2009 (um aumento médio de 293,2% no período) e a quantidade produzida passou de 16.985.000 frutos em 2000 passa para 62.535.000 frutos em 2009 (um aumento médio no período de 268,2%). A produção de abacaxi é realizada tanto pelo agronegócio como por agricultores de base familiar sendo que 64,5% do total da área plantada e 68,1% da quantidade de abacaxi produzida na região advém de um único município, o de Araçagi; c) a afirmação da atividade avicultora. De fato, entre 1990 e 1999 o número de aves produzido no Agreste situou-se entre 2.111.120 e 2.761.501 cabeças. Em 2009 o plantel alcançou 4.693.135 cabeças. Esta atividade é desenvolvida na região por grandes, médios e pequenos produtores.

O agronegócio avícola, porém é controlado basicamente por uma empresa, a Guaraves, situada no município agrestino de Guarabira que abate por mês, quase um 1,7 milhão de aves. A empresa é a responsável por abastecer toda a região do Litoral, Brejo, Borborema, Curimataú e Cariri, além de exportar para os estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Em março de 2011 a Guaraves foi habilitada pelo Ministério da Agricultura para a exportação de sua produção para os Estados Unidos, a Europa e a Ásia. Além da produção própria a Guaraves desenvolve um sistema de parceria com pequenos produtores. No sistema da parceria, a Guaraves fornece o pintinho, medicamento, insumos, suprimentos e assistência técnica. Já o parceiro disponibiliza a infraestrutura e se responsabiliza pela criação do pintinho até a engorda quando será devolvida a ave e será remunerado pelo trabalho.

A expansão do agronegócio avícola comandado pela Guaraves foi impulsionada em 2008 por duas integrações: com o novo Parque Industrial na cidade de Guarabira e com a fundação da Fábrica de Rações Aquavita pertencente ao mesmo grupo. Em 2011, mais uma unidade da Guaraves será inaugurada, dessa vez no Piauí, no município de Uruçuí, em Teresina com estrutura de armazenamento e beneficiamento de grãos; indústria de rações e granja de matrizes reprodutoras (produção de ovos férteis). o que é demonstrativo do avanço desse grupo pelo território nordestino.

Nem todos os pequenos produtores da região participam do sistema de parceria com a Guaraves. Nos municípios de São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Alagoa Nova e Esperança, onde se concentra o maior número de pequenos avicultores da região, tem sido estimulado pela técnicos da Empresa de Assistência Têcnica e Extensão Rural (EMATER-PB) a produção avicultora alternativa . Os agricultores organizaram-se em associação, a Associação dos Produtores de Avicultura Alternativa do Agreste da Borborema (APAB), fundada em 2006, com 43 associados, sendo 39 agricultores familiares e quatro produtores rurais, tendo como público principal os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres rurais. Em junho de 2011 a APAB já contava com 61 associados. Recentemente, essa associação fundou a primeira Cooperativa de

Avicultura e Agricultura Familiar do Brasil, a COPAF, instalada no município de São Sebastião da Lagoa de Roça.

Outro aspecto da organização agrária do Agreste no século XXI é a expansão da fruticultura, em particular, do maracujá, produzido em grande parte por produtores de base familiar. É através dessa cultura que o capital vem monopolizando o território agrestino. O processo de comercialização em alguns municípios é controlado por um ou dois comerciantes que são responsáveis pela sua distribuição no estado e fora dele.

Não se pode perder de vista que a ação do Pólo Sindical da Borborema em conjunto com a AS-PTA tem se expandido e se fortalecido neste novo século. Atualmente o Pólo da Borborema já representa 15 sindicatos de trabalhadores rurais, 150 organizações camponesas e uma organização regional de agricultores ecológicos. Partindo da prática de realização de diagnósticos participativos sobre diferentes temas relacionados à estrutura e ao funcionamento dos agroecossistemas, estimulam e valorizam o protagonismo dos agricultores locais dando notoriedade as inovações criadas. Os programas locais, estruturados em diferentes áreas temáticas (recursos hídricos, agrobiodiversidade, criação animal, saúde e alimentação, cultivos ecológicos, comercialização) são implementados em parceria com as organizações dos agricultores e agricultoras de base familiar atuantes na região e são espaços onde, a um só tempo, articulam-se vários objetivos: constituição de redes sociais locais de experimentação e de disseminação de inovações; fortalecimento da capacidade das organizações dos agricultores para a gestão autônoma de projetos próprios de desenvolvimento; geração, aprimoramento e sistematização de conceitos e métodos relacionados com a proposta agroecológica, que serão fonte de referência para a formulação de propostas de políticas públicas.

Em síntese, pode-se afirmar que o espaço agrário agrestino também se estruturou como um espaço subordinado aos interesses latifundiários. No entanto, as formas concretas que assumiu essa dominação "permitiu" uma presença mais acentuada das formas camponesas de utilização dos recursos. Essa "permissão", contudo, mostrou-se variante no tempo a depender dos interesses da exploração comercial. Por outro lado, embora as relações de trabalho aí dominantes (sistema de morada, arrendamento) fossem menos escorchantes do que as vigorantes na região canavieira, não eliminavam o processo de exploração dos trabalhadores. Atualmente, duas tendências principais são detectadas nesse espaço: de um lado, o fortalecimento das médias e grandes propriedades através do cultivo de algumas lavouras comerciais e da pecuária e, de outro lado, o revigoramento da produção familiar de base camponesa.

ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO SERTÃO PARAIBANO

Se na Zona da Mata o Engenho foi a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, no Sertão foi a fazenda que desempenhou tal função. Ela surge, no dizer de Guimarães, como "um segundo domínio latifundiário" (GUIMARÃES, 1968:62) com características próprias que a diferenciam do Engenho.. A importância do gado nessa região foi tão grande que se fala até mesmo em uma civilização do couro. Além do gado, o algodão também se destaca como elemento fundamental da formação do espaço sertanejo, a partir do século XIX.

No que se refere à pequena produção agrícola sertaneja esta surge inicialmente associada à atividade pecuária. A necessidade de abastecimento dos vaqueiros teria contribuído para o surgimento de uma produção alimentar baseada principalmente nas culturas do feijão e do milho no interior das fazendas e currais, sobretudo nas áreas de baixios, nos vales e leitos secos dos rios temporários que cortam a região. A penetração e posterior expansão do algodão no Sertão, não representou nenhum problema para a pequena produção alimentar. Ao contrário, houve um processo de sustentação mútua uma vez que o algodão, podendo ser explorado em consórcio com as lavouras alimentares, garantia um certo grau de monetarização à economia sertaneja e possibilitava a expansão das áreas cedidas em arrendamento e/ou parceria, no interior das fazendas de gado.

A presença do Estado na organização do espaço sertanejo se fez de forma mais expressiva no contexto das políticas de combate às secas. Ao adotar a perspectiva de que o problema da região era a oferta limitada de água, o governo federal, através de suas sucessivas agências (IOCS – 1909; IFOCS, 1919; e DNOCS -1945), além das ações emergenciais por ocasião das secas, procurou reforçar a estrutura de captação e armazenamento de água por meio da construção de açudes e barragens. Essas ações, de modo geral, fortaleceram o poder dos grandes proprietários (TARGINO e MOREIRA, 2066). A produção de base familiar só foi beneficiada marginalmente com a instalação de três perímetros irrigados: São Gonçalo (509 colonos em 5.548 ha), Engenheiro Arcoverde (54 colonos em 2.267 ha) e Sumé (47 colonos em 831 ha).

Até o final dos anos de 1960 o algodão, a pecuária extensiva e a policultura alimentar, determinavam a organização da produção regional. As relações de trabalho dominantes eram o arrendamento e a parceria.

No Sertão, a modernização incidiu basicamente sobre a atividade pecuária tendo como conseqüência a melhoria do plantel, da alimentação animal (pastagens plantadas, introdução de ração industrializada, etc.), do manejo e dos tratos sanitários, entre outros. Para tanto foi fundamental a política de incentivos creditícios e fiscais adotada pelo governo federal, disponibilizando recursos para a aquisição de animais, construção de cercados, implantação de campos de palma forrageira e de formação de capinas, aquisição de equipamentos e melhoria das instalações das fazendas, etc. Nesse período, o criatório ampliou suas fronteiras no interior do semi-árido. Na cotonicultura, porém, as mudanças foram mínimas. No vale do Rio do Peixe e do Piranhas foram instalados alguns projetos de irrigação públicos e particulares.

A partir de 1985, a disseminação da praga do bicudo na cultura do algodão e consecutivos anos de seca irão repercutir fortemente na organização do espaço agrário sertanejo. Tradicionais relações de trabalho como a parceria e o arrendamento dependentes historicamente da produção do algodão sofrem forte retração. Verifica-se uma intensificação do êxodo rural na região (TARGINO e MOREIRA, 2000). Por outro lado, a crise da economia decorrente do desmantelamento da atividade algodoeira e de sucessivas secas provocou a queda no preço da terra de modo que a desapropriação passou a se constituir num bom negócio para muitos proprietários. Nesse momento, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado da Paraíba (FETAG) e Sindicatos de Trabalhadoires Rurais, de forma burocrática, passaram a encaminhar pedidos de desapropriação acolhidos pela gestão do INCRA como uma forma de atender as metas anuais da política fundiária do Governo FHC para a Paraíba. Entre 1986 e 1999 foram criados na região 19 Projetos de Assentamento abrangendo 36.733,03 hectares de terra onde foram assentadas 1.300 famílias.

Na primeira década do século XXI, embora permaneça uma estrutura agrária baseada nos interesses dos grandes proprietários, algumas mudanças significativas podem ser identificadas na organização do espaço sertanejo. Podem ser destacadas: a) a expansão da caprinocultura, particularmente, na mesorregião da Borborema, impulsionada por programa do governo estadual; b) a integração da cadeia produtiva de leite, articulando pequenos e médios produtores a usinas de beneficiamento do leite de cabra na mesorregião da Borborema e de leite de vaca no Sertão; este processo deslanchou com a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de "Incentivo à produção e consumo do leite" e é mais forte na Mesorregião da Borborema; a inserção do pequeno produtor no Programa do Leite promoveu mudanças substanciais tanto na organização interna da unidade de produção familiar, quanto na sua forma de inserção no mercado; c) a implantação de um controvertido Projeto de Irrigação na várzea de Souza voltado para a exploração agropecuária empresarial através de Sistemas de Produção Orgânica Certificada praticada por grupos empresariais a exemplo da Mocó Agropecuária, da Algodoeira Santana e da Agrovet (Agronomia Veterinária) que cultivam arroz orgânico para exportar para o mercado europeu, milho e girassol destinados à fabricação de biodiesel e por cerca de 180 famílias de agricultores que produzem e moram no perímetro irrigado, através de contratos de parceria rural; essas famílias estão plantando hortaliças, manga, goiaba, banana, e coco em lotes de 5 hectares; d) a disseminação da luta pela terra

e por acesso a água, levando, entre 2000 e 2007, à criação de 42 novos Projetos de Assentamento na região, abrangendo 58.131,81 hectares onde foram assentadas 1.848 famílias; e) mudança no entendimento do problema sertanejo de modo a alterar a concepção de "combate à seca" para a de "convivência com a seca"; tal alteração foi resultado do surgimento e articulação de várias organizações não governamentais na região, resultando na constituição da Articulação do Semi-Árido (ASA); a atuação dessas entidades propiciou a disseminação de tecnologias sociais alternativas e de práticas agroecológicas em algumas áreas como a Serra do Teixeira através da ação do CEPFS, o município de Soledade mediante a presença do PATAC e as microrregiões de Souza e Cajazeiras onde é mais forte a atuação da CPT-Sertão. Convém lembrar que a atuação dessas organizações foi largamente fortalecida na década de 2000 pela implementação de programas do governo federal a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas.

Tal como nos demais espaços anteriormente estudados, no Sertão também esteve presente o predomínio dos interesses latifundiários sobre os dos trabalhadores. O processo de exclusão da maioria da população foi uma constante, mostrando-se dramático por ocasião das secas periódicas com a formação de levas de retirantes que iam semeando corpos cadavéricos ao longo dos caminhos. A crise que se abateu sobre esse espaço com a desarticulação do sistema gado-algodão ainda não foi superada, nem para o capital nem para o trabalho. As formas alternativas de organização da produção familiar de base camponesa ainda são mais sinais de mudança do que efetivação e disseminação das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise efetuada com base na realidade do campo paraibano indica que durante a primeira década do século XXI a estruturação do espaço agrário continua comandada pela hegemonia dos interesses de valorização do capital. Nos três compartimentos espaciais estudados, as suas características maiores permanecem praticamente intocadas: o monopólio da propriedade fundiária, a intensa exploração do trabalho e a subordinação do uso dos recursos à valorização do capital.

É verdade, também, que algumas mudanças são observadas que permitem vislumbrar a permanência da pequena produção de base camponesa, embora sua integração ao mercado torne-se cada vez mais abrangente. A possibilidade de sua sobrevivência numa economia de mercado está baseada, pelo que se pode concluir da análise efetuada, em três vetores fundamentais: a) na constituição de redes que construam possibilidades de uma integração ao mercado sem que haja uma completa extração do sobretrabalho familiar, permitindo um processo interno de acumulação; b) na necessidade de sustentação da atividade da produção familiar de base camponesa através de programas governamentais de transferência de renda e de conhecimento; c) na produção e incorporação de inovações tecnológicas que fortaleçam a consistência econômica das unidades produtivas.

Vale dizer que, mesmo havendo avanços dos interesses do campesinato, a sua permanência está a depender da sua integração ao processo de valorização do capital. Resta a questão de como canalizar esses esforços de mudança no sentido de construção de uma forma alternativa de organização societal onde os interesses do trabalho sejam dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADISSI & SPAGNUL, W. Convenções Coletivas: Quantificando o roubo dos patrões.**Proposta**, vol. 14, n.º 42, FASE, Rio de Janeiro, Out/1989. p. 47-52.

ALMEIDA, Antonio Augusto de. **Brejo Paraibano**: contribuição para o inventário do patrimônio cultural. João Pessoa, SEC/Governo do Estado, 1994.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980.

GALVÃO et. al. Desenvolvimento sustentável da caprinovinocultura no Cariri paraibano. In MOREIRA, Emilia (Org). **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

GESTAR. **Saúde e trabalho na zona rural da Paraíba**:o caso de Sapé. João Pessoa, Relatório de Pesquisa, 1985.

MARX, Karl. **Contribuition a la critique de l'economie politique**. Paris: Editions Sociales, 1977.

MARIZ, C. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa, Ed. União, 1978.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência** (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

MOREIRA, Emilia et al. **Os caras pintadas de suor e da fuligem da cana**. João Pessoa: Relatório de Pesquisa, CNPq/UFPB, 1994.

MOREIRA, Emilia et al. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na zona canavieira da Paraíba. **Revista da ABET,** n. 1, vol. I, 2001.

MOREIRA, Emilia et al. **A expansão da cana em áreas de assentamento na Zona da Mata Paraibana**. João Pessoa: DGEOC/UFPB, Relatório de Pesquisa, 2010.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

MOREIRA, Ruy. Espaço agrário e classes sociais rurais no Brasil. **Revista de Cultura Vozes**. Ano 74. Vol. LXXIV março, n. 2, Petrópolis, 1980.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol.15 no.43 São Paulo, Set./Dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo** – Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 3ª ed. 1997.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec. 1981.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Êxodo rural na Paraíba: Análise do período 1991/96. In SANTOS, T. F (org). **Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste**: questões autais e emergentes. Recife: Ed. Massangana, 2000.

Trabalho enviado em agosto de 2011
Trabalho aceito em outubro de 2011